

# JOVENS EX-MENINOS DE RUA: Sujeitos de Direitos ou Excluídos?<sup>1</sup>

## TEENS EX-THOROUGHFARE'S BOYS: Subjects of Laws or Excludes?

Vanderlúcia Antônia da Costa Rebouças <sup>2\*</sup>

### RESUMO

Este trabalho trata sobre a problemática dos jovens ex-meninos de rua na cidade de Natal atendidos pelo Projeto Redenção da FEBEM /RN (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), atualmente chamada de FUNDAC – Fundação Estadual da Criança e do Adolescente, pela mediação do Projeto Redenção, em meados da década de 80. Hoje, adultos, qual tem sido a sua trajetória social e profissional? De que ordem são os obstáculos por eles vivenciados na tentativa de inserção social e possibilidades profissionais? Será exposto se eles conseguiram seus direitos como cidadãos ou encontram-se na repetição da condição de excluídos, como estes jovens se situam hoje na sociedade, seja na condição de *inserido* ou *desinserido*<sup>1</sup> ou *não-inserido*<sup>2</sup>, sobretudo a partir de suas condições originárias de meninos de rua. Tais questões norteiam as análises contidas neste trabalho, as quais visam informar o quão positivo foi o projeto para estes meninos ou não, possibilitando também a realização de críticas a essa sociedade que os envolve.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ex-meninos de rua. Direitos. Inserção.

<sup>1</sup>Artigo Científico apresentado à Faculdade de Natal FAL no Curso de Especialização em Educação produzido como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação. Orientado pelo Prof. Dr. Jorge Ubiracy Barbosa da Silva.

<sup>2\*</sup> Licenciada e Socióloga pela UFRN; Professora concursada da SECD/RN; Educadora Social da FUNDAC/RN e do SOS Criança; e, atualmente, Diretora eleita da E.E. Djalma Aranha Marinho envolvendo o Anexo CEDUC-Pitimbu. E-mail: meusamores.vanda@hotmail.com

### ABSTRACT

This Work is about the problem of the thoroughfare 's boys in Natal city that was attended by Redenção I of FEBEM/RN (Fundação do Bem-Estar do Menor), actually called FUNDAC- Fundação Estadual da Criança e do Adolescente by the Redenção Project again at 80's decad. Today, adults, what was been your social and professional's route? What are the obstacles provisions by them in the attempt of social insertio professional's possibilities? It would be exposed if they got their laws as citizens or they are in the repetition excludes condition, how these teens situates in the society actually, as the condition of inserted as no-inserted, overcoat to depart of your original conditions of thoroughfare's boys. These questions guides the analysis contained in this work that will show how much was positive the project for these boys (or no), possibiliting the realization of criticisms too for this society that involve them.

**KEY-WORDS:** Ex- thoroughfare's. Laws. Insertion.

---

<sup>1</sup> O termo “desinserção” foi baseado no texto de Norma Takeuti, A Pobreza e a Exclusão Social no Primeiro Mundo, Revista Vivência, Natal, v.7, n.1, p.33-62, jul/dez. 1993. Neste artigo, a autora comenta o caso dos “excluídos” na França e todo o processo de (des) inserção social desta população referida.

<sup>2</sup> Para este trabalho, acredita-se que é mais pertinente adotar o termo não-inserção, pois os jovens que fizeram parte desta análise não chegaram a uma inserção profissional efetiva. Portanto, o termo “desinserido” não é o caso destes jovens, pois com o mesmo significa dizer que um dia eles foram inseridos realmente.

## INTRODUÇÃO

O ponto de partida para elaborar este trabalho situa-se na experiência como educadora social no Projeto Redenção da FEBEM/RN, no período de 1982 a 1988. O referido artigo apresenta a caracterização do Projeto Redenção, de sua clientela e a trajetória social e profissional dos jovens em questão, verificando se os mesmos possuem seus direitos como cidadãos ou se ainda encontram-se impedidos de uma ressocialização; avaliando como tem sido a sua trajetória social e profissional na idade adulta; caracterizando os obstáculos por eles vivenciados, na tentativa de inserção social e possibilidades profissionais, e de onde surgem. Serão dadas definições teóricas sobre identidade/auto-imagem e estigma e, após esta abordagem, serão apresentadas análises partindo do ‘ponto de vista dos jovens’ sobre temáticas, que levem em consideração a Identidade de “Menino de Rua” *versus* “Meninos na Rua”, a Não-*Inserção* social e profissional dos mesmos, hoje adultos e, suas perspectivas futuras.

Além da caracterização geral, no Projeto Redenção, estava previsto o atendimento às crianças e adolescentes provenientes de todos os bairros de Natal, que “trabalhassem”, mendigassem, perambulassem nas ruas da cidade e aos pertencentes a famílias desestruturadas, ou seja, famílias que não atendessem ao modelo hegemônico estabelecido na sociedade.

Estes correspondiam, em princípio, ao “perfil” estabelecido pelo Projeto acima referido. Porém, observou-se que não havia convergência entre a definição do perfil e o modo pelo qual as próprias crianças e adolescentes vivenciavam a sua situação. Eles se consideravam “meninos (as) de família” na rua, mesmo aqueles que só mantinham contatos familiares esporádicos. Se para o Projeto, eles eram considerados de “famílias desestruturadas” e “meninos (as) de rua”, eles próprios afirmavam possuir uma referência familiar e um elo afetivo significativo, portanto não vivenciavam a sua condição enquanto “menino (a) de rua”.

Com isso, resta assinalar que decorrido todo esse tempo ainda persistem algumas contradições no sistema de atendimento às crianças e aos adolescentes que merecem análises mais profundas. Valendo salientar que o propósito do trabalho é focar, privilegiadamente, a situação atual dos jovens ex-meninos de rua de há 10 anos, contemplados pelo Projeto Redenção.

## DESENVOLVIMENTO

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, vinculada à Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, hoje FUNDAC, era o órgão responsável pela coordenação e execução da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, quando da realização do Projeto Redenção.

A finalidade precípua era a proteção e assistência aos menores carentes na faixa etária de 0 a 18 anos, a partir do atendimento de suas necessidades básicas (saúde, educação, segurança social e afetiva e, recreação) visando a sua integração social.

Por Política Nacional de Bem-Estar do Menor entende-se o conjunto de princípios e diretrizes expressos pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM<sup>3</sup>, órgão nacional vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, responsável pela coordenação desta política em nível Nacional e da qual a FEBEM recebia assistência técnica-administrativa para desenvolver seus programas, além de receber subsídios através de convênios de cooperação financeira. Foi nesse contexto que em 1982 foi criado o Projeto Redenção – Uma Alternativa de Atendimento a Meninos de Rua e que tinha como objetivo atender aos que “trabalhavam” (subempregos), mendigavam e perambulavam pelas ruas de Natal. Sua finalidade era a integração familiar e social destes meninos.

A ação do Projeto Redenção, com vistas ao atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescente, compreendia o seguinte conjunto de serviços e atividades:

a) Ensino e Escolaridade (garantia de instrução através de encaminhamento à rede escolar de ensino ou na própria unidade de atendimento; incentivo ao reforço escolar, na família e/ou na unidade; oferecimento de educação supletiva – programa de educação funcional e integrada);

b) Preparação para o trabalho, ou seja, orientação quanto aos aspectos gerais relativos ao trabalho; participação do próprio menino nas tarefas de manutenção e conservação da unidade onde é atendido; encaminhamento de meninos para a realização de cursos ocupacionais e profissionalizantes na comunidade e em algumas unidades da Fundação, levando em conta o interesse do menino e as tendências do mercado de trabalho. Um dos locais, para onde os meninos eram encaminhados, era para a BAAP – Base Almirante Ary Parreiras, na qual se desenvolviam cursos nas oficinas de carpintaria, fundição, mecânico de automóveis e pintor de automóveis, eletricista, bombeiro hidráulico, soldador e etc;

c) Desenvolvimento cultural (incentivo à livre manifestação artístico-literária; estímulo à promoção e participação de eventos cívicos, sociais, culturais e religiosos; adequação do processo ensino-aprendizagem às características culturais dos meninos; incentivo ao associativismo);

d) Recreação, Lazer e Esportes (integração social dos meninos através da prática de educação física, esporte e recreação, festas típicas e artes cênicas);

e) Saúde e Nutrição (assistência médico-odontológica prestada por profissionais do próprio órgão e complementada através de convênios; assistência psicológica; assistência nutricional-alimentar);

f) Apoio Família, uma assistência ao menino, na própria família, através de ajuda para a aquisição do instrumental de trabalho e identificação de recursos comunitários disponíveis para utilização das famílias.

Quanto ao funcionamento, o Projeto Redenção, quando começou, em 1982, era sediado à Av. Hermes da Fonseca e funcionava das 7h às 18h e fazia todo o atendimento formal, ou seja, o atendimento aos meninos (as) que vinham da rua. Nesta casa havia uma Escola Alternativa (esco-

---

<sup>3</sup> Hoje a FUNABEM não funciona mais e as diretrizes de atendimento à infância e juventude são preconizadas pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

la Alternativa (escola onde as crianças diziam o que queriam aprender, como aprender e o horário que dispunham. Feito esse levantamento a educadora ficava o dia todo disponível para as mais diversas atividades. O local contava com uma sala de recreação e jogos, uma sala de TV, uma parede para eles (as) escreverem o que quisessem, atendimento psicossocial e odontológico e, o almoço. A equipe técnica, no Projeto, tinha: 01 dentista, 01 psicóloga, 01 assistente social, 01 médico-clínico geral, 01 coordenação geral, a equipe de educadores e o pessoal de apoio (cozinheira, ASG, vigia e secretária).

No que diz respeito ao trabalho de rua, os educadores sociais começavam nos locais onde os meninos estavam (na rua). O primeiro contato era denominado ‘paquera’ (período de conquista e aproximação do educador-menino), no qual o educador poderia passar até alguns dias para poder conversar com aquela criança. Depois deste período, essa era convidada a participar do Projeto e a ela era apresentado o que teria lá. Este convite era sempre informal, ou seja, a criança só ia se realmente quisesse ir. Caso houvesse a sua aceitação e adesão, fazia-se então a sua ficha de cadastro.

Em 1985, O Projeto Redenção mudou-se para a Cidade da Criança e lá suas atividades cresceram, pois o espaço era bastante favorável. Foram formados: pronto-socorro, teatro, um setor de produção de vassouras piaçava, setor de produção de doces e salgados, uma lojinha (onde os meninos compravam objetos de higiene pessoal), uma distribuidora de picolés para os meninos venderem nas ruas, refeitório e um salão de jogos. Existia também uma grande área verde para atividades ao ar livre e descanso após o almoço.

Mesmo com toda essa estrutura e amplitude, a ação do Projeto era limitada e dificultada pela falta de articulação do conjunto das políticas sociais, as quais priorizavam um segmento particular. Tais políticas apresentam, ainda hoje, insuficiências e não atendem, realmente, as demandas da comunidade no tocante às questões de saúde, educação, lazer, moradia, alimentação e trabalho. Ao mesmo tempo, o Estado tem como objetivo garantir os direitos básicos dos cidadãos visando a permanência e a ordem da sociedade. Porém, nem sempre as sociedades conseguem atingir plenamente tal objetivo. Na sociedade brasileira, por exemplo, essas garantias não ocorrem de forma satisfatória pelo fato de uma boa parcela da população se encontrar, a cada dia, relegada às más condições de vida e sua cidadania estar cada vez mais comprometida.

Nesse contexto nacional, o atendimento à criança e ao adolescente apresenta as mesmas dificuldades das demais políticas sociais. Segundo o ECA, que fornece as diretrizes de atendimento a essa população, em seu art. 7º: “A criança e o adolescente tem direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”, o que não acontece de fato.

Numa abordagem teórica, o objeto da pesquisa empírica deve estar bem relacionado com a mesma. Por esse motivo, aliam-se abaixo os conceitos de identidade e estigma, possibilitando uma relação entre os conceitos e a realidade dos jovens ex-“meninos de rua”.

Segundo Goffman há uma relação entre os conceitos de identidade e estigma, e a realidade dos jovens ex-meninos de rua. Para ele, “estigma é

um sinal corporal com o qual se procurava evidenciar alguma coisa de mal ou extraordinário sobre o status social de uma pessoa marcada ritualmente, poluída, que devia ser evitada especialmente em lugares públicos”, (GOFFMAN, 1978, p.11).

No mundo moderno, o estigma continua a sinalizar o caráter *maléfico* de determinadas pessoas na sociedade, mas as questões estão voltadas para a exclusão social das populações em termos econômicos, sociais e culturais, diminuindo assim as suas chances de vida e projetando diretamente nelas a culpa de todas as mazelas decorrentes das contradições inerentes da organização social. É nesse conceito *maléfico* de estigma que a nossa sociedade enquadra a categoria de “meninos de rua”; um ato, por vezes, involuntário, mas que carrega toda uma construção social que se impõe sobre as camadas populares, de baixa renda. Essa categoria já tem toda uma carga de negação de direitos sociais básicos e terminam internalizando essas negações como culpa por ser “menino de rua”, por morar num bairro de periferia, por ter algum defeito físico e etc.

São considerados como um “estranho no ninho”, “numa sociedade cujas exigências sociais normativas são as de alcançar o sucesso profissional, possuir um certo padrão de consumo e de atingir uma determinada realização pessoal”, (TAKEUTI, 1996, p.34).

Na rua, os “meninos” adquirem uma identidade particular que lhes possibilitam estratégias de sobrevivência (nas relações com outros “meninos de rua”, com a polícia, com as “pessoas de bem”, com instituições de ajuda social e etc) e, com isso, eles adquirem a unidade de contradição e multiplicidade de papéis das quais resulta a sua identidade social, tanto *virtual* quanto a *real*.

Goffman (1978, p.12) observa que “enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”.

Identidade social virtual é a caracterização efetiva, esperada de um indivíduo – aquilo que pensamos que o indivíduo seja, de acordo com as nossas expectativas. Tal identidade pode entrar em contraste com o que o indivíduo prova ter, como atributos, ou seja, a sua identidade social real.

O estigma decorre da discrepância entre a expectativa estereotipante e a realidade, acompanhada de sentimentos de descrédito, repulsa e referências a atributos depreciativos na linguagem, para evidenciar o seu desprezo pelo diferente, fora dos padrões formais.

Ao relacionar as noções de identidade e estigma, Goffman procura ressaltar que ambos são

resultados de um processo das relações sociais. A identidade, diz respeito a uma relação com o outro. Trata-se sempre de um processo e de um produto; ela resume a relações interindividuais. Falar, portanto, em identidade pressupõe a inserção do sujeito numa historicidade, numa teia de relações sociais, ao mesmo tempo em que reconhecemos a sua mutabilidade. É admitir a multiplicidade na totalidade, é perceber que desempenhamos vários papéis sociais na medida em que nos relacionamos com os diversos grupos sociais ao longo da vida. É reconhecer que muitos desses papéis são contraditórios entre si, sem que o sujeito deixe de ser a mesma pessoa.

Para este mesmo autor, identidade social é uma série de atributos comuns e naturais, e comportamentos previsíveis da relação social. Assim, a sociedade determina um ideal de “normalidade” entre as pessoas, resultando uma interferência tão automática e internalizada pelo discurso da sociedade, impregnado de uma série de pré-concepções e expectativas normativas de qualidades, padrões que devem ser preenchidos no processo de interação.

Como os “meninos de rua” não atendem às exigências impostas pela sociedade, logo são estigmatizados. Crianças em situação de rua são seres humanos em desenvolvimento, que podem apresentar algumas características psicológicas sadias, apesar das dificuldades impostas por um ambiente hostil. Para manterem-se na rua, desenvolvem estratégias para lidar com circunstâncias que podem expô-las a riscos e podem torná-las vulneráveis. Esta afirmação aponta para duas direções opostas. A vida na rua gera altos níveis de *stress*, riscos freqüentes e intensos e, testa permanentemente a vulnerabilidade emocional, social, física e cognitiva/educacional desta criança. No entanto, exigem que ela seja resiliente e desenvolva estratégias, tenha forças para lidar com o infortúnio e para se adaptar a esse meio que a vida as impôs. A realidade a que as crianças em situação de rua estão expostas denuncia sua exclusão e marginalidade.

Na seqüência e num processo complexo e conflitual, eles terminam por interiorizar a identidade que lhes é atribuída.

As relações sociais evidenciam, de forma explícita ou codificada, os processos de categorização social e criação de estereótipos que se constituem em experiências subjetivas vivenciadas por grupos sociais específicos. As práticas sociais revelam que situações de conflitos emergem das múltiplas possibilidades que existem entre os indivíduos que tentam negociar suas diferenças, seja para assegurar e obter o reconhecimento de uma diferença particular seja para manutenção não somente de diferenças, mas, sobretudo, de desigualdades sociais e de exclusão. Nesse contexto, tenta-se compreender como a construção de categorias sociais revela suas faces ideológica, afetiva e cognitiva no processo de demarcação de territórios sociais que podem induzir diferentes modos de socialização ou de perversão humana.

Mesmo quando se veicula informações de que o fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua está associado às causas econômicas, institucionais, ideológicas e políticas, o discurso social a que se confronta a criança e o adolescente na rua é o de sua responsabilização direta, assim como assinalaram os entrevistados e as que se apresentavam no Projeto Redenção. Para Saraiva (1985, p. 5), estas causas são atribuídas ao:

“Desemprego e subemprego, má distribuição de renda, irresponsabilidade e falta de solidariedade social, paternalismo e assistencialismo, timidez e

retraimento dos investimentos na área da educação, da saúde, da segurança social, inadequação dos equipamentos sociais, desestímulo à participação comunitária e, muitos outros”.

No que diz respeito ao lado profissional e ao atendimento a esses jovens, as instituições assistencialistas só se preocupam com os aspectos econômicos, no sentido de “preparar” indivíduos para o mercado de trabalho, atendendo demandas para empregos desvalorizados socialmente, como os já citados anteriormente: jardineiro, office-boys, carpinteiro, soldador, garçom e etc. Não se trata de menosprezar tais práticas institucionais, mas alertar que as mesmas estão reproduzindo as práticas de exclusão da sociedade.

“A inserção social e profissional é uma relação social”, (TAKEUTI, 1996, p.43). Posto isto, não se trata de analisar a inserção ou não-inserção a partir tão somente dos “problemas” e “comportamentos” das pessoas confrontadas às dificuldades de vida material e existencial – a miséria e a exclusão – mas também, a partir das relações existentes à sociedade e a estes indivíduos.

A categoria "menino de rua", forjada na modernidade, passou a circular nos anos 80, para classificar um grupo social emergente nas grandes metrópoles de países da América Latina (Brasil, México e Colômbia), sendo utilizada como código de comunicação social para identificar o novo grupo. Estudos foram realizados focalizando diversos âmbitos de conhecimentos: psicológicos (cognitivo, afetivo etc.), epidemiológicos, sociais, históricos etc, que geraram não apenas mudanças de nomenclaturas, mas de explicação histórica do fato.

Rosemberg (1993, p.71-81) aponta ainda que:

“1985 era ainda uma época em que textos estrangeiros e nacionais consideravam que meninos de rua eram crianças abandonadas, distinção que só foi ocorrer mais para o final da década, quando se introduziram diferenciações de significado nas expressões “meninos na rua” (os que permanecem temporariamente na rua com vínculo familiar) e “meninos de rua” (os que permanecem na rua e que perderam, parcial ou totalmente, o vínculo familiar”.

Introduziu-se então a mudança na terminologia "menino de rua", substituindo-a pela utilização da nova expressão "crianças em situação de rua". Nuances que, segundo as diferentes teorias, designam enfoques divergentes sobre a concepção analítica de definição de um problema apropriado cientificamente.

A noção de exclusão social tem sido recusada pela comunidade científica pelo fato de ser considerada uma noção "difusa", genérica, "um objeto obscuro" que não corresponde a uma categoria científica pela fluidez de métodos e objetos com que os pesquisadores pretendem apreendê-la, revelando-se imprecisa e, portanto, duvidosa enquanto categoria do pensamento científico. A exclusão tem sido focalizada, de modo geral, implícita ou explicitamente, abrangendo diferentes acepções conforme se faz uso para explicação dos mais variados fenômenos, visando identificar as particularidades da exclusão como fonte produtora de angústia coletiva.

Nesse caso, os meninos do Projeto Redenção, apesar de possuírem apenas contato esporádico com a família, consideravam-se com um vínculo familiar significativo e, conseqüentemente, não se sentiam na posição de meninos de rua e sim, meninos, de família, que viviam na rua (meninos na rua).

## **METODOLOGIA**

A realização deste artigo conteve as seguintes questões de pesquisa:

a) No que diz respeito ao problema enfocado: será que os ex-meninos de rua, atendidos pelo Projeto Redenção da FEBEM/RN, em meados da década de 80, são conscientes de seus direitos de cidadão?

b) A problemática surgiu a partir da experiência, no Projeto Redenção da FEBEM/RN, com os jovens ex-meninos de rua na cidade de Natal atendidos em meados da década de 80. Hoje, adultos, qual tem sido a sua trajetória social e profissional? De que ordem são os obstáculos por eles vivenciados na tentativa de inserção social e possibilidades profissionais? Terão eles conseguido seus direitos como cidadãos ou encontram-se na repetição da condição de excluídos? Tais questões norteiam as análises contidas nesse trabalho, as quais visam informar o quão positivo foi o projeto para estes meninos ou não, possibilitando também a realização de críticas a essa sociedade que os envolve.

c) Opção do quadro referencial teórico a partir da definição dos eixos de análise selecionados, no caso a questão do estigma, da identidade social, da exclusão social e da inserção (ou não) profissional e social.

d) Definição da amostra de “meninos de rua” a partir da população total atendida (150) pelo Projeto Redenção. Tal definição (10%) se deu em função da acessibilidade e disponibilidade para contatos por parte dos jovens.

e) Análise preliminar da situação dos 15 (quinze) jovens selecionados – situação familiar, escolaridade, uso de drogas, curso profissionalizante e trabalho atual.

f) Seleção de 5 (cinco) “meninos” que foram entrevistados segundo os critérios: empregado no mercado formal, desempregado, trabalho informal, situação de reclusão obrigatória, “na rua”.

g) Elaboração do Roteiro de Questões para entrevistas. Foram formulados blocos de questões de acordo com as temáticas: experiência de rua, família, imagem de si, Projeto Redenção, situação atual e visão de mundo. Na exploração da “imagem de si”, foram acrescentados dois testes: a) “Quem sou eu?” e b) “Frases a complementar”.

h) Realização das entrevistas.

i) Sistematização da abordagem teórica.

j) Análise temática dos 5 (cinco) que obtiveram suas entrevistas escolhidas, no que diz respeito ao Universo Familiar, à Experiência de rua, Trabalho/estudo/aspirações, Imagem social e Imagem de si e o Projeto Redenção, além da articulação do campo teórico-empírico. Todas as temáticas sob o ponto de vista dos jovens ex-“meninos de rua”. Essas foram, por um lado, decididas já durante a fase de levantamento das informações e por outro, após a primeira leitura das entrevistas de acordo com os temas recorrentes fornecidos pelos próprios entrevistados.

A abordagem teórica serviu para consolidar os questionamentos existentes no campo empírico. Os levantamentos iniciais e as entrevistas tiveram por base algumas indagações e à medida que se deu a análise das mesmas, outros questionamentos surgiram, sendo incorporadas no desenvolvimento do *corpus* analítico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora o Projeto tenha sido extinto em 1988, ao longo dos últimos anos, manteve-se sempre contato com alguns dos “meninos”, nos seus locais de “trabalho”, nos encontros com MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) dos quais participavam ou em suas residências. Além disso, o nosso trabalho no Programa SOS Criança possibilita encontrar os jovens, quando de nossas visitas domiciliares. Assim os contatos foram mantidos e sempre com boa receptividade.

Após a decisão de se realizar este trabalho tendo-os como sujeitos-objetos de nossa análise, fizemos, portanto, uma primeira sondagem com alguns deles, que passaram pelo Projeto Redenção, para perscrutar a possibilidade de suas participações. Encontrá-los, porém, para a realização das entrevistas foi um momento diferente: para nós, no tocante à expectativa quanto a reação dos jovens e para eles, quanto a expectativa de se expressarem a respeito de sua experiência atual referenciada pela condição de ex “menino de rua”. A aceitação da participação foi determinada pelo papel que tivemos outrora no Projeto Redenção ou foi determinada pela necessidade de expressão das suas dificuldades e/ou aspirações? Tal indagação nos encaminhou a prever questões para exploração deste aspecto que diz respeito à relação sujeito-objeto da pesquisa.

Certamente que esta interrogação advém de nossa curiosidade a respeito da trajetória desses “meninos de rua” após o seu desligamento do Projeto cuja meta era sua inserção social e profissional, bem como nossas incertezas e dúvidas quanto à efetividade do Projeto (sucesso ou fracasso) que já estavam presentes na época sob forma de críticas a determinados aspectos operativos de seu funcionamento.

A população atendida pelo Projeto Redenção era oriunda de todos os bairros de Natal, no entanto predominava os meninos de Mãe Luíza, Rocas e Quintas. E a maioria desses chegavam, ao Projeto, por influência de outro ou pela ‘paquera’ do educador social de rua.

O Projeto atendia em média 150 “meninos (as) de rua” por dia. Eles vinham a casa em horários diferentes, porém o horário mais escolhido era o do almoço. Esses menores exerciam as mais variadas atividades: engraxates, pastores de carro, vendedores de picolé, amendoim, biscateiro, office-boy, e ainda, os perambulantes e pedintes. A maioria desses tinha ido para a rua pela necessidade de ganhar dinheiro para ajudar a família. Grande parcela dos meninos que freqüentava o Projeto estava matriculada nas escolas da rede pública de ensino e os que não estavam, participavam da Escola Alternativa, oferecida pelo próprio Projeto. Em relação à família, 100% mantinham laços afetivos com a mesma. Essa compreendida aqui, como qualquer parente que servisse de suporte afetivo ou referência maior.

Quando se propôs a realização deste trabalho, foram eleitos 10% dos 150 “meninos de rua” atendidos, diariamente, pelo Projeto Redenção. A escolha foi feita a partir da aproximação dos educadores sociais para com os ‘meninos’ e, por saber onde encontrá-los agora, após terem terminado as atividades do Projeto.

Para um melhor entendimento elaboramos uma amostra com alguns pontos importantes a respeito da situação dos meninos passados esses dez anos e, de como eles se encontram hoje:

**Nino** - tinha 12 anos, com vínculo familiar (pai e mãe), freqüentou a escola até a 2ª série do ensino fundamental, trabalhava de engraxate era originário do bairro das Quintas, usava drogas e participava do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, aos 22 anos, não trabalha, não estuda, não usa mais drogas, reside no mesmo local de origem e atua no MNMMR.

**Ronaldo** - tinha 13 anos, mantinha vínculo familiar (pai e mãe) freqüentou só até a 3ª série, trabalhava de engraxate, era originário do bairro das Quintas, não usava drogas, participava do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, aos 23 anos, trabalha com um grupo de teatro, mas não estuda em escola convencional, continua não usando drogas, reside ainda no mesmo local e atua no MNMMR.

**Tanto** - tinha 11 anos, vínculo familiar (mãe), estudou até a 4ª série do ensino fundamental, era engraxate, residia no bairro das Quintas, não consumia drogas e participava do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, com 21 anos, usa drogas e é presidiário.

**Alan** - 13 anos, vínculo familiar (pai e mãe), era engraxate, originário da Zona Norte, usava drogas, participou do Projeto Redenção<sup>2</sup>.

Hoje, aos 23 anos, trabalha como Gari, na Prefeitura de Natal, não estuda, constituiu família, não usa drogas e continua morando na Zona Norte.

**Luís** – 16 anos, tinha vínculo familiar (pai e mãe), não estudava, trabalhava como ajudante de cozinha em um bar, originário do bairro de Mãe Luiza, não consumia drogas, participava do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, aos 26 anos, trabalha como porteiro de Edifício, não estuda, constituiu família, continua sem usar drogas e reside no mesmo bairro.

**Damião** - 13 anos, vínculo familiar (pai e mãe), estudou até a 2ª série do ensino fundamental, era biscateiro, morava no bairro de Mãe Luíza, era usuário de drogas e participava do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, com 23 anos, é cozinheiro, não estuda, está sem família, continua nas drogas e reside em Mãe Luíza.

**Carlão** - tinha 15 anos, vínculo familiar (mãe), não frequentou a escola, trabalhava de biscateiro, era originário do bairro de Mãe Luíza, usava drogas, participou do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, aos 25 anos, continua sendo biscateiro, não estuda, não tem família, usa drogas e reside no mesmo local.

**Cacau** - 13 anos, vínculo familiar (pai e mãe), não frequentava a escola, trabalhava de biscateiro, era residente do bairro de Mãe Luíza, não usava drogas e participava do Projeto Redenção<sup>2</sup>.

Hoje, aos 23 anos, é bombeiro, constituiu família, não usa drogas, mora na Zona Norte e é Líder Comunitário.

**Levi** - 12 anos, vínculo familiar (pai e mãe), frequentou a escola até a 2ª série do ensino fundamental, pastorava carros, era originário do bairro de Mãe Luíza, não usava drogas e participou do Projeto Redenção<sup>2</sup>.

Hoje, aos 22 anos, é biscateiro, não estuda, continua com a família, não usa drogas e reside em Mãe Luíza.

**Ricardo** - 14 anos, tinha pai e mãe, frequentou até a 3ª série do ensino fundamental, trabalhava de Office-boy, originário do bairro de Mãe Luíza, não consumia drogas, participava do Projeto Redenção<sup>2</sup>.

Hoje, com 24 anos, é músico, não estuda, constituiu família, não usa drogas e continua morando em Mãe Luíza.

**Xandu** - 14 anos, o vínculo familiar só contava com mãe, frequentou a escola até a 3ª série do ensino fundamental, pastorava carros, originário do bairro de Mãe Luíza, usava drogas, participava do Projeto Redenção<sup>2</sup>.

Hoje, aos 24 anos, continua pastorando carros, não estuda, perdeu o vínculo familiar, não usa mais drogas e mora em Mãe Luíza.

**João Maria Albino** - com 9 anos o único vínculo familiar era a avó, estudou até a 3ª série do ensino fundamental, não usava drogas e participou do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, aos 19 anos, pastora carros, não estuda, está sem família, continua sem usar drogas e continua residindo em Mãe Luíza.

**Edílson** - com 16 anos, o único vínculo familiar era a mãe, estudou no ensino médio, trabalhava como pastorador de carros, era originário da Zona Norte, não usava drogas e participou do Projeto Redenção<sup>1</sup>e<sup>2</sup>.

Hoje, com 26 anos é Fiscal, não estuda, não tem família, continua fora das drogas e morando na Zona Norte.

**Lázaro** - 13 anos, possuía pai e mãe, não estudou, trabalhou de Office-boy, originário do bairro de Mãe Luíza, consumia drogas e participou do Projeto Redenção<sup>2</sup>.

Hoje, aos 23 anos, é Diácono, estuda, tem vínculo familiar, saiu das drogas e reside no Recife.

**Flávio Chorão** - 12 anos, possuía pai e mãe, não foi à escola, pastorava carros, originário do bairro de Mãe Luíza, não usava drogas e participou do Projeto Redenção<sup>1</sup>.

Hoje, com 22 anos, é biscateiro, não tem família, não estuda, continua fora das drogas e reside em Mãe Luíza.

## **ONTEM** - Há alguns anos

Dos 15 meninos escolhidos para serem entrevistados pode-se perceber dados importantes como: 100% mantinham vínculo com algum dos membros da família, uns com o pai, outros com a mãe, alguns com pai e mãe e os demais com avó, mas todos mantinham laços com os familiares.

Em relação à escolaridade, ou seja, estar freqüentando a escola, 66% freqüentava a escola formal, porém participavam da escola aberta no Projeto Redenção, que tinha como princípio a participação e a vivência do menino.

Outro dado importante é que dos 15 meninos aqui apresentados 40% eram usuários de drogas, como cola de sapateiro e maconha, o restante indicava não usar drogas.

Nem todos os atendidos pelo Projeto Redenção eram encaminhados para cursos profissionalizantes, mas dos 15 meninos, 53,3% foram encaminhados para cursos fora do Projeto. Os outros 46,7% só participavam das atividades no próprio Projeto Redenção.

## **HOJE**

Pode-se estimar que 93% estão fora da escola formal; 53,3% constituíram sua própria família. E quanto ao uso de drogas, apenas 20% afirmaram continuar usando.

Algumas constatações devem ser aqui apresentadas:

a) dos meninos encaminhados para os cursos profissionalizantes, anteriormente, pelo Projeto Redenção, hoje 40% estão no mercado de trabalho formal e constituíram família. Os 60% restante está no mercado de trabalho chamado “marginal”, ou seja, não reconhecido como profissão legal ou desempregados; esses meninos continuaram sendo biscateiros e pastores de

<sup>1</sup>Projeto Redenção – esporte e lazer, orientações gerais, oficinas, atendimento médico-odontológico, escola aberta, alimentação, serviço social e psicológico, acompanhamento familiar, atendimento na rua.

<sup>2</sup> Projeto Redenção – encaminhamento para cursos profissionalizantes na BAAP, encaminhamento para o Mercado de Trabalho.

carros;

b) 20% dos meninos estão envolvidos com movimentos populares, os quais estão ajudando, incentivando a formação de uma cidadania mais participativa.

Dos 15 meninos, ou seja, 10% dos apresentados no quadro acima apenas 5 (cinco) foram escolhidos para as entrevistas devido ao curto prazo de tempo disponível.

Abaixo, uma descrição sucinta de cada entrevista, para uma melhor visualização do que cada menino acha de si e de sua experiência no Projeto Redenção.

Fofo – 19 anos

Diz ter estudado até a 3ª série, indo para a rua com 6 anos de idade, pastorar carros. Atualmente não estuda; afirma ter usado drogas no passado e hoje não usa. Esteve preso na Delegacia de Menores por falta de documentação pessoal, ao sair do Projeto. Hoje, pastora carros e faz biscates. Está sozinho no mundo e na rua, pois a família morreu e ele não constituiu sua própria família.

O Fofo, quando questionado sobre o que acha dele, nos disse que mesmo ‘jovem e bonzinho’ é ‘explorado’ pela sociedade e que o Projeto Redenção foi bom porque os 6 anos que passou lá o ajudou bastante a conseguir algumas coisas e, principalmente, quando fez o curso de jardineiro, pois ficou trabalhando, por algum tempo no próprio Projeto. Não continuou porque houve uma mudança deste para o Bairro das Rocas e como não gostava dessa localidade, acabou saindo do Projeto Redenção. Hoje vive fazendo biscates porque não arranja um emprego pela falta de documentos.

Xandu – 25 anos

Diz ter estudado até a 3ª série, mas atualmente não estuda. Foi para a rua com 7 anos de idade pastorar carros. Afirma ter usado drogas no passado, mas hoje não usa. Pastora e lava carro e, faz mandados. Mora com a família. Apesar de ter constituído família própria, mulher e filho, cada um mora em sua casa. Por esse motivo, fala da necessidade de arranjar um emprego certo, com salário.

O Xandu se achava ‘bonzinho’, ‘esperto’ e ‘de futuro’, gostaria de ser sargento do Exército, como o avô. Embora avalie positivamente e estime que ter vivido na rua, não afetou a sua vida. Nos fala que apesar de ter feito outros trabalhos, o Projeto o ajudou a arranjar um emprego de embalador, mas gostaria, na verdade, de ter feito um curso profissionalizante. Infelizmente, o Projeto acabou e ele ficou na rua novamente sendo pastorador de carro. Hoje, com uma família formada, não consegue arranjar emprego digno.

Tanto – 21 anos

Situação de reclusão obrigatória – Penitenciária João Chaves (hoje extinta). Diz ter estudado até a 4ª série, mas atualmente não estuda, não trabalha e não constituiu família própria. Tem apenas uma irmã que lhe faz visitas sistemáticas, pois sua mãe morreu. Relata que foi para a rua com 6 anos de idade e ficou até os 16 sendo engraxate. Afirma ter usado drogas e continua usando. Este participou do MNMMR.

Tanto se achava ‘esperto’, ‘inteligente’ e ‘honesto’. Nos disse que o Projeto foi bom, mas por pouco tempo. O Projeto acabou logo que ele entrou. Não arranhou trabalho na rua, e as dificuldades enfrentadas eram que as pessoas não confiavam nele por ser ‘ex-menino de rua’. Hoje vive em uma Penitenciária.

Branquinho – 26 anos

Diz ter estudado até o 1º ano do ensino médio, mas atualmente não estuda. Mora com a mãe, pois não constituiu família própria, apesar de ter um filho que a avó cria junto com ele, que é o pai. Trabalha como fiscal de lojas. Afirma ter ido para a rua com 16 anos, onde pastorava carros, mas também afirma nunca ter usado drogas.

Branquinho, na percepção de sua imagem, se achava ‘simpático’, ‘honesto’ e ‘privilegiado’. Com relação ao Projeto entrou pelo convite de um amigo para almoçar e nos falou que o Projeto o ajudou bastante, porque fez curso profissionalizante de navegação. Recebeu bastante elogios e quando saiu do Projeto Redenção não encontrou dificuldades em arranjar emprego.

Nino – 22 anos

Diz ter estudado até a 2ª série, mas não estuda mais. Atualmente não usa drogas, tem pai e mãe, mas mora com a família que constituiu (mulher e filha). Já trabalhou na Petrobrás, Cotene, mas agora encontra-se desempregado, sendo pescador para sobreviver. Foi membro do MNMMR, mas atualmente é só simpatizante.

Nino se achava um jovem ‘esperto’ e nos mostrou ser revoltado e arrependido de não ter ouvido os conselhos dos pais. Com relação ao Projeto Redenção, ele nos respondeu que era uma Instituição com pouco a oferecer aos meninos que lá chegavam. Depois que saiu do Projeto, mesmo tendo feito um curso de soldador, no qual recebeu só o certificado e não um diploma, as firmas não aceitavam, não tinham confiança. Esse jovem já teve muitas oportunidades de emprego. Portanto, para o mesmo, o Projeto Redenção trouxe-lhe alguns benefícios, tendo em vista os outros entrevistados.

Há ciência de que este número de entrevistas é suficiente para a generalização dos resultados extraídos a partir das análises efetuadas. Considera-se, entretanto, que elas podem fornecer importantes pistas na questão do processo de não-inserção social e profissional, mesmo porque as análises foram enriquecidas pelas informações acumuladas durante os cinco anos de experiência no SOS Criança.

Diante das temáticas que abordaram as entrevistas, como já foi dito anteriormente, seus conteúdos foram extraídos conforme o processo:

- 1) Elaboração de um quadro por temática, onde se listava na verticalidade o discurso de cada entrevistado;
- 2) Análise interna a cada temática;
- 3) Análise horizontal por entrevistado, buscando a articulação das temáticas, internamente, de cada entrevistado;
- 4) Análise articulada das diferentes temáticas.

Abaixo serão descritos os resultados por temática, tendo as análises o caráter de estarem muito próximas ao discurso do entrevistado, pois se trata do seu “ponto de vista”, razão pela qual foram ilustradas as interpretações deste nível com as ‘falas’ dos próprios entrevistados.

### Universo familiar

Dos cinco entrevistados, dois têm pais com emprego estável (militar reformado e funcionário público estadual). Os demais apresentam uma situação familiar de pobreza, os pais não possuem estabilidade profissional (pai pescador ou vendedor e mãe lavadeira ou faxineira).

Todos os entrevistados afirmam ter saído à rua para “trabalhar” ou mendigar com o intuito de ajudar no sustento da casa. Contudo, nenhum deles imputa a responsabilidade aos pais pelo fato de terem se tornado “meninos de rua”. Eles próprios expressam um senso de responsabilidade, misturado com sentimento de sofrimento, diante do quadro familiar precário:

“Fiquei na rua uns sete anos (desde os 9 anos de idade). A rua significava a forma de trazer alguma coisa para casa, para ajudar o pai e a mãe numa renda melhor. (...) Eles pediam muito pra mim não ir pra rua. Por eles eu nunca tinha ido pra rua...” (Nino: pai funcionário público e mãe lavadeira)

“Quando eu era pequeno, minha mãe não tinha o que dar a gente tinha que ir a rua e pedir, sofrendo...” (Tanto: pai representante e mãe lavadeira)

Embora estes jovens fossem estigmatizados como “meninos de rua”, com uma significação social de “meninos abandonados”, “sem elo familiar” ou com “elo familiar precário”, as suas falas mostram que eles não se sentiam e não se consideravam “meninos de rua”, tal como a sociedade, em geral, os apresentava. Ir à rua tentar “ganhar a vida” é diferente de “ser de rua”.

Dos cinco entrevistados, apenas um deles tem pai e mãe, que moram juntos. Mas mesmo os demais que faziam parte da denominada “família desestruturada” não apresentavam o sentimento de abandono por parte dos pais. O sentimento de solidão surge só no caso do jovem *Fofo* cujos pais morreram quando ele era adolescente. É importante ainda notar que nos casos de pais separados, os jovens mantiveram um forte elo afetivo com a figura materna:

“Minha mãe me tratava bem e sempre conversava comigo, gostava mais de mim até porque eu era o filho mais velho...” (Tanto)

“Minha mãe conversava comigo, se preocupava comigo, dizia para mim ter cuidado na rua.” (Branquinho)

### Experiência de Rua

Num primeiro momento, a rua tem, para todos, o significado de provedora da falta de material que eles sentem nas suas casas.

“A rua era pra mim uma forma de batalhar para sobreviver, pois quando meu pai deixou minha mãe a gente tinha que ajudar em casa porque a família não tinha condições”. (Tanto: pai separado)

“Fui para a rua para pastorear carro para manter a minha família. Você sabe que homem desempregado não é ninguém”. (Branquinho: pai separado da mãe quando tinha 4 anos; o mesmo não dava pensão à mãe)

Entretanto, com o desenvolvimento de suas falas, eles apontam para vários aspectos na rua que se caracterizam como bastante negativos, em nível de suas vivências. Por exemplo, a rua é um lugar de humilhação:

“A maioria das pessoas tratavam a gente como ladrão, trombadinha. Algumas tratavam melhor”. (Nino)

O ressentimento que se denota é a imputação neles de ser algo que eles recusam em si, mesmo porque não podem se desfazer de uma imagem que eles próprios internalizam.

Todos afirmaram que as pessoas na rua são mais indulgentes quando esbarram com crianças pedintes, pastores ou biscateiros, enquanto que quando se trata de um jovem na rua, pastoreando ou perambulando, as pessoas são mais intolerantes e até agressivas:

“A rua era legal quando eu era pequeno, não tinha violência e as pessoas me tratavam bem. Naquele tempo era bom, hoje é ruim...” (Xandu: com filho e esposa)

“Quando eu era pequeno as pessoas me tratavam bem, me davam as coisas...” (Fofó)

Percebe-se que a rua apresenta duas faces: a positiva e a negativa. Representa a vida, no sentido em que ela é um lugar provedor para as suas carências materiais, e também, um lugar de aprendizado para o enfrentamento da vida difícil (tanto para o bem como para o mal). Representa a morte no sentido de ser um lugar de violência, de humilhação, de “maldades”, de vergonha e de perda de uma identidade social ‘positiva’. A droga (de acordo com a experiência no atendimento do Projeto Redenção, em geral, funciona como inibidor da fome ou da própria agressividade ou como fuga aos problemas por eles enfrentados nas suas famílias e na própria rua) também é apontada como algo negativo na experiência de rua. Os cinco entrevistados afirmam terem iniciado o uso de drogas ou bebidas a partir de sua vivência de rua.

“A rua não é coisa boa, é um negócio meio perigoso, apesar de ganhar dinheiro”. (Branquinho)

“A rua traz maldades e faz a gente aprender a fazer maldades com os outros”. (Tanto)

“... se não fosse esperto na rua não sobreviveria”. (Nino)

#### Quanto ao Trabalho, Estudo e Aspirações:

Os jovens entrevistados afirmam ter começado a “trabalhar” na rua desde uma tenra idade (6 a 7 anos) devido às condições econômicas dos pais, pois se sentiam responsáveis diante de tal situação de forma que a iniciativa de sair à rua eram suas. Mas mais importante do que saber se na realidade os pais influenciavam ou impunham a saída dos meninos à rua é notar o senso de responsabilidade destes jovens, quando crianças, em assumir sua ida.

“Meus pais diziam que eu deveria estudar para ter um futuro melhor, vida melhor, mas eu tive de escolher entre trabalhar e estudar”. (Nino)

“Eu deixei de estudar porque comecei a trabalhar e não dava tempo para ir para a escola. Eu largava muito tarde do emprego”. (Branquinho)

O estudo possui um grande significado para este segmento social; ele representa a possibilidade de “subir na vida”, de “mudar de vida”. Outras pesquisas realizadas junto às populações de baixa renda, no próprio grupo de pesquisa, Sociologia Clínica, revelam que as crianças e os adolescentes reproduzem fielmente em seus discursos o sonho dos pais (na maior parte das vezes, sonho da mãe) de que “para ser alguém na vida” é necessário “ter estudos”. A anulação enquanto sujeito social começa nessa impossibilidade de ter uma escolaridade ao confrontarem com a necessidade de “trabalhar” = “ir à rua” em busca da sobrevivência.

A responsabilidade da sociedade, das instituições sociais, do Estado e da família não transparece nos discursos das pessoas que ‘esbarram’ com a população de “meninos de rua”.

Tudo o que eles ouvem por parte dos adultos é um lamento social ou até mesmo uma agressividade a eles dirigidos, como se fossem os únicos responsáveis pela sua situação e pela situação da visibilidade da miséria social.

Hoje, destes mesmos aqui citados, apenas um possui um trabalho com carteira assinada. Os demais estão no mercado de trabalho informal, já explicitado anteriormente, ou desempregado.

“Já apareceu um emprego para mim, mas eu não tinha todos os documentos”. (Fofó: sem família e de volta às ruas, onde pastora de carro).

“Depois que saí do projeto não consegui emprego porque o curso de soldador durou três meses, mas eu não recebi o certificado. E sem diploma as firmas não aceitavam, mesmo eu sabendo fazer o serviço não tinha como comprovar. Quando sabiam que eu tinha passagem pela rua, não me queriam mais para trabalhar”. (Nino)

Este último aponta a dificuldade em “provar” sua competência, no plano objetivo (falta de documentação) e no plano subjetivo, ou seja, mesmo que tivesse o diploma requerido ainda lhe restava a “marca” de “menino de rua” que o impossibilitava a inserção profissional. O descrédito advém imediatamente de sua identidade social virtual, conforme assinalara Goffman.

### Imagem social ou imagem de si

No que concerne aos “meninos de rua”, existe uma nítida diferenciação entre a identidade que eles constroem de si mesmos e a representação que elaboram a respeito dos “meninos de rua”. É atribuída a esses últimos uma ação de criminalidade e marginalidade. Os resultados evidenciam a tese de que “a necessidade de se diferenciar da minoria, para não ser assimilado a ela, é tanto mais necessária quanto mais se sente próximo a ela”. Assim são representados os “meninos de rua” por eles próprios, com fortes tonalidades de violência e criminalidade vivenciadas no cotidiano, seja pela negligência governamental no incremento de políticas sociais ou pela tênue separação entre a vida e a morte vivenciada pelo “menino de rua”, que tenta driblar a possibilidade letal deslizando como equilibrista sobre o fio da navalha cortante do seu cotidiano.

No discurso dos jovens a respeito de sua identidade de “menino de rua” pode-se apreender, o discurso social que é interiorizado por eles de tal forma que passam a expressar e agir tal qual a sociedade o denomina – “menino de rua”. Ele deve ser aquilo que o lugar lhe aponta dever ser.

“Quando era pequeno me considerava menino de rua, pois estava todo mundo do mesmo jeito. Os outros meninos pisavam muito na bola. (...) As pessoas pensam de mim... ladrão, cheiro cola, desastre”. (Fofó)

Nas diversas falas, o significado de “menino de rua”, enquanto negatividade, evidencia-se quando eles contrapõem a idéia de “pessoas de bem” que é “ser honesto”, “fazer bem aos outros”, “trabalhar”, “estudar”, “ter família”, “ter casa para voltar”, “não ser violento”.

“Uma pessoa de bem é quem trabalha, tem família e é honesto com todo mundo”. (Tanto)

“Ser pessoa de bem é ter a confiança de todo mundo, ter aonde chegar, ser bem aceito, ser honesto, falar bem das pessoas...” (Nino)

Eles apontam com isso a necessidade de reconhecimento social para se ter uma inserção. Contudo percebem que ser ou ter sido “menino de rua” é não poder ter o reconhecimento social dentro dos valores prescritos pela sociedade.

“Difícilmente, as pessoas dão emprego para meninos de rua” (Fofó)

#### Em relação ao Projeto Redenção:

Não se trata aqui de fazer a avaliação do Projeto Redenção, mas de ver como os próprios jovens, em questão, consideram a pertinência ou a inocuidade deste tipo de ação assistencial na sua trajetória social e na sua situação atual. Analisar esse item é necessário, pois se tratava de um programa que visava fornecer ‘meios’ para se conseguir a inserção social dos jovens fora desse contexto.

“A primeira ajuda do projeto era o almoço e o lazer, depois fiz o curso de soldador... O projeto tinha pouco a oferecer aos meninos... Depois que saí do projeto não consegui um emprego”. (Nino)

Atualmente, encontra-se desempregado e fazendo pescaria para sobreviver, porém já teve emprego na Petrobrás e na Cotene, onde ficou no máximo seis meses (média de período de contrato para mão-de-obra desqualificada).

Um outro entrevistado, o Branquinho, assinala que: “Fui para o projeto primeiro pelo almoço, depois me colocou na BAAP para fazer cursos profissionalizantes...”

Após ter saído do Projeto serviu o Exército. Em seguida, trabalhou numa loja de artigos para festas, não achando dificuldades para arranjar emprego. Atualmente é fiscal de um grande magazine, ganhando 2,5 salários mínimos. Acha que o fato de ter sido “menino de rua” não afetou a sua vida.

O Tanto trabalhou em um hotel e no Centro de Convenções como jardineiro, no período em que estava no Projeto. Após ter saído, teve um diferente desdobramento na sua vida em relação aos entrevistados acima, pois hoje é presidiário (assalto a mão armada). Mesmo assim, sua avaliação do Projeto não apresenta aspectos negativos. O problema que ele aponta está na aceitação das empresas que desconfiam dos ex-“meninos de rua”:

“Fiz dois cursos, o de jardineiro e o de garçom. Não era o que queria, mas a gente tem que fazer o que aparece... Se eu pudesse escolher, eu faria o curso de mergulhador... Quando saí do projeto não arranji trabalho e as dificuldades são que as pessoas não dão confiança a gente. Como é que a gente pode mudar se ninguém der confiança?”

Embora Xandu avalie o Projeto positivamente e estime que ter sido “menino de rua” não afetou a sua vida, encontra-se até hoje nas ruas pastorando carros:

“O Projeto me ajudou arrumar um trabalho de embalador. Não fiz nenhum curso profissionalizante, mas gostaria de ter feito de engraxate... O projeto foi bom, ótimo, o ruim foi ter acabado logo e a gente ter ficado na rua. Logo arranji um emprego num posto de gasolina, mas não tive dificuldades porque as pessoas eram minhas conhecidas. Ser menino de rua não afetou a minha vida. Não arranjo trabalho porque tá ruim pra todo mundo”.

Eles avaliam positivamente o projeto, mesmo quando alguns apontam certas deficiências, como a falta de infra-estrutura ou a curta duração do Projeto.

Fofó, apesar de avaliar positivamente o Projeto continua na rua pastorando carros:

“O projeto foi bom, só não foi melhor porque quando acabou nós não conseguimos emprego nenhum, voltamos a pastorear carro”.

Durante o período em que esteve no Projeto fez curso de jardineiro, apesar de querer fazer o de motorista profissional. Hoje, vive sozinho nas ruas, pastorando carro para sobreviver, pois sua família faleceu.

“O projeto me ajudou bastante a conseguira coisas e, hoje, quando estou sozinho me lembro muito do projeto”.

Percebe-se que a avaliação feita pelos jovens sobre o Projeto Redenção apresenta uma fraca crítica, sobretudo se comparar os conteúdos dos discursos com as suas condições atuais objetivas “profissionais”.

Há ciência de que, o fato de termos atuado no Projeto, junto a eles, possa ter inibido suas opiniões críticas.

De toda forma, se eles próprios não apontam para os ‘pontos fracos’ deste tipo de ação, a precária e instável situação atual de vida da totalidade dos entrevistados, levanta, para nós, os profissionais deste campo social, uma série de questionamentos sobre a efetividade de um programa social que reduz as suas práticas à dimensão assistencialista.

Uma vez existente a exclusão social e a não-inserção social e profissional desses meninos participantes do Projeto Redenção é que se coloca, segundo Takeuti (1996, p. 47), os fatores de exclusão, os quais se encontram nas três dimensões seguintes:

a) a dimensão econômica diz respeito ao estágio atual do capitalismo liberal e a dita “globalização” atingindo não só um alto nível de produtividade mundial, mas também novas

formas de exclusão social. O trabalho é, desde o início da industrialização, o critério e a norma da integração social. Ele proporciona não só renda, mas também a participação num mundo de símbolos da modernidade que vai conferir uma identidade social. No mundo contemporâneo está cada vez mais difícil para vastos contingentes populacionais atingirem o mundo do trabalho e de consumo e, conseqüentemente, adquirirem uma identidade reconhecida (positivamente) socialmente.

b) a dimensão social trata do que muitos autores contemporâneos assinalam em termos de fragilização atual dos elos sociais que vem retirar os suportes sólidos de identificações e as garantias de segurança e valorização da imagem de si ou de identidade social. O grupo de identificação é o lugar que cada indivíduo encontra os seus mecanismos de defesa social, seja contra processos de estigmatização, de desprezo, de invalidação e de desqualificação social.

c) a dimensão simbólica trata do sistema de valores a partir do qual a própria sociedade define quem é o “fora-de-norma”, aquele que é sem-valor ou sem utilidade social. O indivíduo é avaliado em função de sua utilidade social que é, na maior parte das vezes, mensurada pela renda, pelo poder que ele exercer sobre os outros, pela quantidade de bens que ele pode adquirir. Aqueles que não correspondem a essas normas acabam não tendo valor para a coletividade.

Levando-se em conta essas três dimensões implicadas no processo de exclusão social, pode-se dizer que a população de ex-“meninos de rua” apresenta características em que cada dimensão sobre-determina a outra. E a articulação dessas três dimensões de exclusão social é que determina a dificuldade ou a impossibilidade de haver uma inserção social para essa categoria de jovens.

a) a situação de pobreza e miséria, a qual muitos jovens possuem, vem desde sua infância, impedindo-os de ter uma trajetória escolar e social seqüenciada que possa prepará-los para a competitividade do mundo do trabalho;

b) condição de “menino de rua” (com todos os estigmas já assinalados) que dificulta o acesso ao trabalho formal e assim adquirir uma identidade social reconhecida;

c) desidentificação entre os jovens ex-“meninos de rua” (onde existe rejeição recíproca); os próprios jovens “excluídos” do sistema social sentem dificuldades de identificação, de relacionamento entre eles impedindo-os de formarem um grupo coeso na busca de mecanismos coletivos para a superação de suas condições.

d) forte estigmatização por parte da sociedade impedindo-os de serem um outro indivíduo que não aquele da ‘imputação social’, alimentando o desprezo social e, em muitos casos, alimentando as suas revoltas contra a sociedade que só os remete para um lugar simbólico negativo.

As instituições de atendimento social nas suas práticas, muitas vezes, só se preocupam com os aspectos econômicos, no sentido de “preparar” indivíduos para o mercado de trabalho, atendendo demandas para empregos desvalorizados socialmente (jardineiro, office-boys, carpinteiro, soldador, garçom e etc). Ao se omitirem diante de uma dimensão simbólica presente

nesse processo de exclusão e apenas privilegiando, nas suas ações, o aspecto econômico estas instituições estão, na realidade, reproduzindo as práticas de exclusão da sociedade.

Não se trata de menosprezar as práticas institucionais, pois sem elas o número de “vítimas” seria ainda maior. Trata-se de alertar para o paradoxo de suas práticas: por um lado, o atendimento social ajuda aos ex-“meninos de rua” a sobreviver e pode até mesmo conduzi-los a uma inserção social, por outro, a adoção de uma prática de considerar esses sujeitos de direito como assistidos retira deles a capacidade de construção de seus próprios projetos de vida e a possibilidade de reparação de identidades feridas.

“A inserção social e profissional é uma relação social”, (TAKEUTI, 1992, p.52). Posto isso, não se trata de analisar a inserção ou não-inserção a partir tão somente dos “problemas” e “comportamentos” das pessoas confrontadas às dificuldades de vida material e existencial – a miséria e a exclusão – mas também, a partir das relações existentes a sociedade e esses indivíduos.

Ao lado da violência social e física parece-nos que a violência simbólica tem um poder muito forte de exercer a exclusão que, geralmente redundando na auto-exclusão. O próprio indivíduo, ao assimilar os atributos impostos pela sociedade, desencadeia em si mecanismos psicológicos, como: culpa, vergonha, sentimento de humilhação, despeito e/ou ressentimentos que o levam a ter atitudes contrárias às normas sociais, chegando à auto-exclusão sem que haja necessariamente um “trabalho” de exclusão visível por parte da sociedade.

Ao focalizarmos "grupos menores", constataremos que o problema da violência simbólica é ainda mais gritante. Uma criança da periferia, por exemplo, tem um cotidiano muito distante do que é ensinado na escola. Na escola ela aprende que é importante estudar para ter uma profissão, para "ser alguém na vida". No entanto, muitas vezes esta criança trabalha para ajudar a família e, dependendo do caso, viver para ela é uma questão de sobreviver. Outro exemplo está na realidade das crianças que residem nas favelas dos grandes centros urbanos, onde é comum a família viver salvaguardada por traficantes: o mocinho que protege sua família torna-se o bandido, que na escola é tratado como o maior dilacerador da instituição família.

A infância, conforme vem sendo salientado neste trabalho, tem sido alvo de especial atenção tanto pela mídia, quanto por instituições governamentais e não governamentais. Todo um aparato social tem sido criado para garantir direitos e deveres à infância. Quanto mais ganha destaque, mais se vê setores mobilizados no sentido de discutir, reelaborar normas e éticas no tratamento desta fase da vida humana. A infância é trazida à tona como uma fase especial. Ela tomou um lugar na nossa sociedade que é o lugar do que "virá a ser". Ela não é alguém em si. Ela é vista sob o olhar do adulto que virá a ser a partir dela. No entanto, conforme saliento acima, este entendimento não é homogeneamente compartilhado por todos os setores sociais.

Esse aspecto conflitivo da identidade em que o indivíduo não consegue encontrar uma resolução é, sem dúvida, um fator importante que afetará o seu processo de (não) inserção social, ao lado de outros fatores estruturais e objetivos. A impossibilidade foi colocada no ‘lado de dentro’ dele, ela não se encontra mais do ‘lado de fora’. Ele passa a ser o único responsável pela

sua “desgraça”. Pode-se dizer que tal mecanismo de imputação estigmática (no sentido de GOFFMAN) é o que Bourdieu aponta como violência simbólica.

Vale a pena notar o que Bourdieu e Passeron (1970, p. 281) observam em torno disso:

“Todo poder de violência simbólica, isto é, todo o poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica a essas relações de força”.

## CONCLUSÃO

Este estudo aborda a questão da (não) inserção social e profissional sob um ângulo que normalmente é omitido ou secundarizado nos trabalhos práticos ou teóricos já vistos. Desta forma, ele mostrou pistas significativas de pesquisa ulterior.

Tomando como exemplo os meninos aqui analisados, pudemos ver que a trajetória social e profissional desses não condiz com a realidade que eles esperavam a partir do Projeto Redenção, pois a maioria continuou com dificuldades em arranjar empregos e refazer suas vidas. Dificuldades essas oriundas não só da falta de uma assistência completa por parte do Projeto e, mas também pela rotulação e falta de confiança da sociedade ao saber que eles carregam resíduos da situação vivida anteriormente: a de terem sido meninos de rua ou meninos na rua, como se consideravam. Além disso, os próprios meninos criam pensamentos negativos em relação a eles mesmos, a partir do que a sociedade insiste em lhes dizer.

Analisar a não-inserção ou desinserção como uma relação social significa colocar em relação os problemas das pessoas “excluídas” do sistema. As práticas e as contradições das instituições de atendimento social, bem como as atitudes das pessoas inseridas nesse processo. Significa ainda, que se tem de levar em conta o momento histórico que estamos vivendo, ou seja, o contexto sócio-econômico e político que produz um modelo de relações sociais que atravessam todas essas instituições e as condutas individuais.

Nesse sentido, o artigo aponta para o estudo do processo de inserção social e profissional enquanto um método contraditório, tanto por parte das pessoas “excluídas” (que desejam se inserir e criam seus próprios obstáculos), quanto pela sociedade (por ignorar as vítimas da pobreza e da miséria) e, ainda pelas instituições (que “querem ajudar” e “bloqueiam” o processo com suas atitudes assistencialistas).

Parte da sociedade pensa que a miséria é um “mal social a ser extirpado” e terminam por “rejeitar e desprezar” aqueles que são atingidos pela pobreza e miséria, como sendo estes os únicos responsáveis de sua condição existencial.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris, Minit (Coleção “Le Sens Commun”), 1970.

DEMO, P. *Cidadania Menor*. Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1989;

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069/90. Campo Grande: 1991;

GOFFMAN, E. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978;

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. *10 anos de MNMMR*. Brasília: 1995.

ROSEMBERG, F. *O discurso sobre criança de rua na década de 80*. In: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas / PUC, nº 87, novembro. São Paulo: 1993.

SARAIVA, T. *Meninos de rua: aspectos sociais e pedagógicos*. Série Ponto de Encontro, n. 3, RJ, UNICEF, 1985.

TAKEUTI, Norma. *Exclusão Social e Violência Simbólica*. Notas de Palestra proferida para o PET – Programa Especial de Treinamento em Ciências Sociais. Grupo Sociologia Clínica/DCS – UFRN: novembro, 1996.